

QUADRO RESUMO

CREDENCIAMENTO	009/2025
INEXIGIBILIDADE	042/2025
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OBJETO:	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS MUNICIPAIS.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 64.374,20 (sessenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte centavos)
DATA DE INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:	Dia 22 de setembro de 2025.
DATA DE ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO:	Dia 21 de setembro de 2026.
LOCAL:	http://licitar.digital



EDITAL Nº 040/2025
PROCESSO Nº. 085/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 042/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 009/2025

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373-4700, por intermédio da **Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, na forma de **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**, do Decreto Municipal nº. 3.001/2023, de 20 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO INÍCIO DA ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1. O presente credenciamento será processado e conduzido pelo Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br**, nos seguintes prazos e condições:

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO	Dia 22 de setembro de 2025, às 00h00.
TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO	Dia 21 de setembro de 2026, às 23h59.
LOCAL:	www.licitardigital.com.br
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.2. O prestador deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Credenciamento para contratação de empresa especializada na locação de banheiros químicos destinados ao atendimento de eventos municipais.**

2.2. Os preços a serem praticados deverão abranger a prestação integral dos serviços, incluindo o fornecimento, transporte, montagem, manutenção, desmontagem, mão de obra técnica qualificada, licenças exigidas, bem como quaisquer outros insumos ou encargos necessários à perfeita execução do objeto, respeitando os valores máximos definidos nas cotações de preços que integram o presente credenciamento.



2.3. Os pagamentos ocorrerão conforme efetiva utilização dos itens locados, por período de permanência, conforme autorização expressa da Administração em cada ordem de serviço.

2.4. As quantidades a serem executadas serão previamente autorizadas pela Administração mediante emissão de Nota de Empenho ou documento equivalente, constando local, data e horário de início e término da montagem e utilização dos equipamentos.

2.5. A remuneração devida à contratada corresponderá exclusivamente à efetiva permanência dos equipamentos instalados no local do evento, não sendo devidos pagamentos por períodos de montagem e desmontagem, que serão considerados insumos obrigatórios incluídos no valor ofertado.

2.6. Deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: transporte de materiais, montagem e desmontagem, mão de obra, alimentação e deslocamento da equipe, combustível, encargos sociais, tributos, seguros, fornecimento de ART, equipamentos de proteção individual (EPIs), manutenção dos equipamentos e quaisquer outras despesas acessórias.

2.7. A contratação não implica, por parte da Administração, em qualquer garantia de volume mínimo de demanda, configurando-se a remuneração exclusivamente com base nos serviços efetivamente prestados, não cabendo à contratada qualquer pleito por perdas, lucros cessantes ou expectativa de faturamento frustrada.

2.8. O preço contratado será fixo e irrevogável durante o período de vigência inicial do contrato, admitindo-se eventual reajuste apenas em caso de prorrogação contratual, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, com base no índice IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), mediante justificativa técnica e comprovação de compatibilidade com os preços de mercado.

2.8.1. A aferição da compatibilidade mencionada no item anterior deverá ser realizada por nova pesquisa de preços atualizada, contendo, no mínimo, três cotações válidas, e deverá demonstrar que o valor reajustado permanece condizente com os praticados no setor.

2.9. Prazo de Vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site www.taruma.sp.gov.br/licitacoes ou www.licitardigital.com.br.

a. Poderão participar deste Credenciamento os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico.

3.2 – Estão proibidas de participar deste processo:



3.2.1 - A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.2 - O impedimento de que se trata o subitem 3.2.1 será aplicada, também, à licitante que atue em substituição a outra empresa, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.2.3 - A que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.4 - As empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.5 - A pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.6 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.7 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

4 - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Credenciamento deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Credenciamento



eletrônico.

4.5. A participação no Credenciamento se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;

4.7.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

4.7.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

4.7.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

4.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.1.2. O Agente de Contratação irá avaliar os documentos em até 5 (cinco) dias úteis.

5.1.3. Havendo apontamentos na documentação, a empresa poderá sanar eventuais erros.



5.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6 - DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2. Valor unitário e total do lote e seus itens;

6.2.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Credenciamento Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

6.9. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital.

7 - DA CONVOCAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica (www.licitardigital.com.br), no período de **22 de SETEMBRO de 2025 a 21 de SETEMBRO de 2026**.



7.2. O Agente de Contratação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisar toda a documentação e proceder com a habilitação ou inabilitação do interessado.

7.3. Sendo Habilitado, o Agente de Contratação convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e/ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;

7.4. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma 1doc;

7.5. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 7.2, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

7.6. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 3 (três) dias úteis após o credenciamento do interessado e será afixado no site <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes> e www.licitardigital.com.br.

7.7. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Gestor do Contrato.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento, não havendo disputa, haja vista que o preço das consultas, serviços e procedimentos são definidos pela Tabela anexa a este edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Serão solicitados os seguintes documentos relativos à habilitação e proposta de preços atualizada.

9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta



Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.1.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- c. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
 - c.1.) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).
- d. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- e. Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME



nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

9.1.4. Qualificação Técnica:

9.1.4.1 Apresentação de atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da proponente, cujo teor comprove fornecimento de serviços compatíveis ao objeto deste certame licitatório;

9.1.4.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

9.1.4.3 Os atestados de capacidade técnica da Pessoa Jurídica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a) Banheiros Químicos e Contêineres Sanitários:

I. **Banheiros Comuns:** em polietileno (PEAD), com ventilação, trinco de uso, teto translúcido e capacidade de 220 a 280 litros;

II. **Banheiros PNE (acessíveis):** conformidade com a ABNT NBR 9050, com rampa, barras de apoio, espaço interno adequado e vão de porta de no mínimo 0,80 m;

III. **Banheiros Contêiner:** revestimento interno em porcelanato, MDF naval ou vinil lavável, com iluminação em LED, ar-condicionado, sistema hidráulico e elétrico, louças em porcelana e cabine adaptada a PCD;

IV. **Cabines com Chuveiro:** estrutura PEAD, com chuveiro elétrico/gás, piso antiderrapante, ventilação e prateleiras.

9.1.4.4 Requisitos Ambientais e de Regularidade Sanitária

I. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar:

II. **Licença ambiental válida da CETESB**, atestando a regularidade da atividade de transporte e destinação de resíduos sanitários;

III. **Cadastro junto ao IBAMA**, quando exigido, conforme legislação federal aplicável;

IV. **Alvará ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB)**, especialmente para banheiros contêiner e estruturas com instalações elétricas;



- V. **Inscrição no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, nos termos da Lei nº 12.305/2010, com comprovação de rastreabilidade e destinação correta;
- VI. **Registro ou certificação FISPQ/FISPP**, nos casos de uso de produtos saneantes ou químicos controlados;
- VII. **Declaração formal de inexistência de passivos ambientais** e ausência de condenações administrativas ou judiciais relacionadas à atividade;
- VIII. **Apresentação e manutenção de equipe capacitada**, uniformizada, e com fornecimento de EPIs obrigatórios.

9.1.4.5 Requisitos Operacionais e Logísticos

- I. Toda a logística (transporte, montagem, alimentação, deslocamento, segurança e combustível) será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, **sem qualquer custo adicional à Administração**;
- II. Apresentação do **AVCB** para estruturas sanitárias móveis;
- III. O **faturamento** considerará apenas o período de uso efetivo, desconsiderando o tempo de montagem/desmontagem;
- IV. A execução dos serviços poderá ocorrer em período contínuo de até **24 horas corridas**, inclusive com início ou término após as 00h;
- V. A contratada deverá ser notificada com antecedência mínima de 48 horas, quanto à data, local e itens solicitados;
- VI. Qualquer item em desconformidade será imediatamente recusado, devendo ser substituído **sem ônus adicional**.

9.1.4.6 Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

9.1.4.7 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.1.4.8 Quando a autenticidade dos documentos não puder ser confirmada eletronicamente, poderá, a critério do Agente de Contratação, ser requisitada a apresentação da via original em formato físico.

9.1.4.9 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.1.4.10 Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

9.1.4.11 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

9.1.4.12 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



9.1.4.13 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará nas sanções previstas no item 19 e seguintes deste Edital.

10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. O processo será regido pelos artigos 74 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

10.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

11 - DOS RECURSOS

11.1. Referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação do credenciamento, caberá recurso em observância aos casos previstos no Art. 165, da Lei 14.133/21, sendo:

11.2. Hipótese de recurso apresentado para: “Impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante” – Art. 165, I, b) e c):

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, sob pena de preclusão;

11.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.2.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados no e-mail licitacao2@taruma.sp.gov.br.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo estipulado não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.



12 - DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A autorização da contratação do objeto do presente credenciamento será viabilizada pelo Agente de Contratação sempre que não houver recurso.

12.2. A autorização será feita por lote.

12.3. A autorização/ratificação do credenciamento é de responsabilidade da autoridade competente.

13 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

13.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega dos itens.

13.5. Comparecer sempre que solicitado aos órgãos controladores da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

13.6. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

13.7. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte a terceiros, sem anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão.

13.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela administração.

13.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo, quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, adotados pela CONTRATANTE, e independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido na forma do preceituado no Art. 125 da Lei Federal 14.133/21, tomando-se por base o valor contratual.

13.11. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.



13.13. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no primeiro dia útil após a finalização dos serviços, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

14.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo estipulado pela administração, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. Os serviços serão recebidos definitivamente imediatamente após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15 – CONTRATO

15.1. Autorizado o credenciamento, a Administração, convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail, 1doc ou da comunicação na plataforma;

15.2. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato habilitado pela plataforma eletrônica 1doc, o qual dispõe de assinador próprio.

15.3. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 15.1, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

15.4. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será afixado em local próprio no site www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes e www.licitardigital.com.br e/ou publicação no diário oficial municipal.

15.5. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Contratante.

16 - DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.



17 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

17.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.2.9. fraudar a licitação.

17.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



17.3.1. advertência;

17.3.2. multa;

17.3.3. impedimento de licitar e contratar e

17.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.4.2. as peculiaridades do caso concreto

17.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, inclusive para as infrações previstas.

17.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas anteriormente, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

17.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens acima, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



17.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18 - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Credenciamento se processará de acordo com fundamento no Art. 74 e 79 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

19 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2025, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato, em caso de necessidade de prorrogação:

02.10.00 – 23.695.0006.2008 – 3.3.90.39 – **870** (1) – Outros Serv. de Terc. Pes. Jurídica – **R\$ 64.374,20**

19.2. O valor apresentado trata-se de uma estimativa, sendo as contratações efetivadas de acordo com as demandas que surgirem.

21 - DO PAGAMENTO

21.1. Liquidação:

21.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

21.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos



necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.2. Prazo de pagamento

21.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

21.3. Forma de pagamento

21.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Em caso de prorrogação da vigência, o presente contrato poderá ser reajustado com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) anual do IBGE, desde que, após pesquisa de preços, seja comprovado que o valor reajustado esteja compatível com os preços praticados no mercado.

23. CRITÉRIO DE CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS ENTRE OS CREDENCIADOS

23.1 A prestação dos serviços pela contratada credenciada será realizada na ordem cronológica de credenciamento, de acordo com a data e hora do protocolo



da documentação que resultou em habilitação.

23.2 Na hipótese de haver mais de um credenciado para o mesmo tipo de serviço, será adotado sistema de rodízio, garantindo-se a distribuição proporcional e equânime das oportunidades entre os habilitados.

23.3 O credenciado convocado deverá confirmar sua disponibilidade para atendimento dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da expedição da Ordem de Serviço.

a. Caso não confirme disponibilidade, será automaticamente convocado o próximo credenciado na lista.

b. O credenciado que não puder atender no prazo previsto será deslocado para o final da lista, garantindo que todos os habilitados sejam acionados antes de retornar à chamada inicial.

23.4 Havendo falta de disponibilidade de todos os credenciados para a demanda específica, o Município reserva-se ao direito de reabrir o chamamento público, convocando novamente os interessados habilitados, conforme critérios estabelecidos no edital.

23.5 Esta sistemática de ordem cronológica, rodízio e eventual reconvocação visa assegurar condições de transparência, isonomia, eficiência e rápida resposta às demandas eventuais da Administração, observando-se o disposto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 É facultado ao Agente de Contratação Oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

24.2 Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação / inabilitação.

24.3 Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

24.4 As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Credenciamento, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 155 a 163, da Lei nº. 14.133/21.

24.6 De todas as sessões públicas realizadas, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas, porventura apresentadas pelos representantes legais.



24.7 Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital por meio eletrônico, via Internet no endereço www.licitardigital.com.br, ou através do e-mail: licitacao@taruma.sp.gov.br ou ainda protocolado na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP, Cep 19820-000. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-4700 – ramal 9549 / 9538.

24.8 Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.9 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

24.10 Não cabe à Licitar qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

24.11 O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

24.12 Anexo I – ETP

24.13 Anexo II – Análise de Riscos

24.14 Anexo III - Termo de Referência

24.15 Anexo IV - Minuta de Contrato

24.16 Anexo V – Modelo de Procuração

24.17 Anexo VI – Modelo de Proposta

24.18 O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

24.19 Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

24.20 A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inhabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.

24.21 Em caso de divergência entre o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência. Da mesma forma, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá o Edital.



24.22 Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã/SP, 22 de setembro de 2025.

JOSÉ RICARDO AMBONATI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ



Anexo I – ETP



Anexo II – Análise de Riscos



Anexo III – Termo de Referência



Anexo IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS MUNICIPAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde a Senhora _____, portadora da Cédula de Identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, com sede a Rua _____ nº _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº _____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, residente e domiciliado a Rua _____ nº _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância o Credenciamento Eletrônico nº ____/2025, Inexigibilidade nº ____/2025, autorizado em _____, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Credenciamento para contratação de empresa especializada na locação de banheiros químicos destinados ao atendimento de eventos municipais**, conforme descrição contida nos ANEXOS e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº ____/2025 – Credenciamento Eletrônico nº ____/2025, ao Termo de Referência.



CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3. O valor dos serviços objeto deste credenciamento está estabelecido no **ANEXO II – Termo de Referência** que é parte integrante do presente contrato.

3.1. OS valores apresentados tratam-se de uma estimativa, sendo as contratações efetivadas de acordo com as demandas que surgirem.

3.2. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

3.3. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas, para efeito de liberação do recurso.

3.4. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

3.5. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

3.6. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

3.7. Demais informações constam no Termo de Referência, anexo deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

4. Em caso de prorrogação da vigência, o presente contrato poderá ser reajustado com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) anual do IBGE, desde que, após pesquisa de preços, seja comprovado que o valor reajustado esteja compatível com os preços praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

5. As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2025, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato, em caso de necessidade de prorrogação:

02.10.00 – 23.695.0006.2008 – 3.3.90.39 – **870** (1) – Outros Serv. de Terc. Pes. Jurídica



CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.2. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como no edital.

CLÁUSULA SETIMA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
- c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
- d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 137, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

8. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

8.3. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.5. apuração de indenizações e multas; e



8.6. notificação dos emitentes da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, quando cabível.

CLÁUSULA NOVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Das infrações administrativas

9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

9.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;

9.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

9.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

9.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

9.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no Anexo –I - Folha de Dados (CGL 25.2.2), as seguintes sanções:

9.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 9.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.2. multa, nas modalidades:

9.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 9.1.1.1. a 9.1.1.8;

9.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5%



(meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1.2. a 9.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1.5. a 9.1.1.8.

9.3. Da Aplicação das Sanções

9.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

9.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

9.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

9.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art.

9.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

9.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10. A vigência do termo de contrato será até o dia **18 de setembro de 2026**, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº



14.133/21.

10.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

11.1. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
Secretário Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

Fiscal do Contrato

1. _____
RG nº

Gestor do Contrato

2. _____
RG nº



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº. _____

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS MUNICIPAIS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, _____ de _____ de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO V MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu,(sócio proprietário), residente na rua , na cidade de , portador da RG e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa , situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de , Estado de , CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de Credenciamento....., Inexigibilidade de Licitação, nº., para praticar todos os atos pertinentes ao processo em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local/UF), de (mês) de 2025.

Assinatura



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º ____/2025 - INEXIGIBILIDADE N.º ____/2025 –
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N. ____/2025

Razão Social: _____, CNPJ: _____.____/____-____
Logradouro: _____, n.º _____, Bairro: _____ Cidade: _____
_____, UF: _____, CEP: _____-____, Telefone: (____) _____-____ E-mail.: _____

A empresa acima se propõe a executar o objeto, conforme discriminado no **Termo de Referência**, no Edital e seus anexos, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente e conforme Ata de Julgamento.

LOTE 1 – BANHEIROS QUÍMICOS			
Item	Unid.	Descrição	Valor Unit.

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA: _____

CHAVE PIX (apenas se for o CNPJ): _____

Declaro ter tomado conhecimento do instrumento convocatório relativo à inexigibilidade de licitação em referência, estar ciente dos critérios de julgamento e da forma de pagamento estabelecidos para remunerar a execução do objeto.

Declaro para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local, data.

Nome do Responsável
RG n.º. _____
CPF n.º. _____

